

Desemprego e subjetividade no contexto brasileiro: uma análise interpretativa sob a ótica dos excluídos do mercado de trabalho industrial

Maria Cecília Pereira

*Aluna do Programa de Pós-Graduação de
Doutoranda em Administração da Universidade
Federal de Lavras UFLA.*

*End.: R. João Laurente, 175, Cruzeiro do Sul,
Lavras, MG, CEP: 37200-000*

e-mail: cecilia@navinet.com.br

Mozar José de Brito

*Doutor em Administração – Universidade de São
Paulo FEA/USP. Professor no Departamento de
Administração e Economia DAE/UFLA*

*End.: R. Des. Edésio Fernandes, 205, Monte
Líbano, Lavras, MG, CEP: 37200-000*

e-mail: mozarjdb@ufla.br

RESUMO

*As mudanças ocorridas no mundo do trabalho, desde a década de 1970, além de definirem novas práticas produtivas, com impactos diretos sobre o trabalho, e direcionarem para novas condições de empregabilidade, também levam à precarização do trabalho e ao aumento do desemprego, incitando a emergência de novos valores sociais. Portanto, advoga-se o estudo do fenômeno do desemprego sob a ótica dos desempregados e sua subjetividade. Com isso, objetivou-se investigar os sentidos produzidos por desempregados e desempregadas do setor industrial, em um município no sul de Minas Gerais, acerca do desemprego, bem como compreender a manifestação subjetiva desses sentidos. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas. Verificou-se o desemprego como produto social das novas condições de empregabilidade, como produto das transformações no mundo do trabalho, como exclusão social, como uma “prisão”, como condição em busca de um lugar social e como “morte simbólica”. Foram identificados sentidos últimos, esses sentidos representam **elementos teóricos para o estudo do fenômeno do desemprego**. São eles: “periferia desqualificada”, “violência e criminalidade” e “morte simbólica”. Acredita-se que este estudo é de extrema importância para diversas áreas de pesquisa, principalmente ao apresentar uma proposta teórico-metodológica para o estudo do fenômeno do desemprego e, conseqüentemente, para outros estudos que possam auxiliar no campo, por exemplo, da Administração, como o desenvolvimento de políticas públicas para a geração de empregos.*

Palavras-chave: sentidos do desemprego, subjetividade, reestruturação produtiva, precarização do trabalho, exclusão

ABSTRACT

The changes in the world of the work, since the 1970, lead to new conditions of employability, the increase of the unemployment and stirring up the emergency of new social values. The study of the

unemployment from the standpoint of the unemployed and its subjectivity is advocated. The objective was to investigate the sense produced by unemployed of the industrial sector, in a city in the south of Minas Gerais, as well as understanding the subjective manifestation of these senses. A qualitative research and interviews it were used. The unemployment was verified as social product of the new conditions of empregability, as product of the transformations in the world of the work, as social exclusion, as an "arrest", as condition in search of a social place and as "symbolic death". Last senses had been identified, these senses represent theoretical elements for the study of the unemployment: "disqualified periphery", "violence and crime" and "symbolic death". We believe that this study can provide subsidies for more profound studies the phenomenon of the unemployment and, consequently, for other studies in the several fields.

Key-Words: sense of the unemployment, subjectivity, productive reorganization, precarization of the work, exclusion

Introdução

Por meio desta pesquisa, objetivou-se investigar os sentidos produzidos por desempregados e desempregadas do setor industrial acerca do desemprego, bem como compreender a manifestação subjetiva desses sentidos.

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho, desde a década de 1970, além de definirem novas práticas produtivas, com impactos diretos sobre o trabalho, e direcionarem para novas condições de empregabilidade, também levam à precarização do trabalho e ao aumento do desemprego, seja pela diminuição nos postos de trabalho formais, seja pelas dificuldades impostas pelas novas condições de empregabilidade. Nesse contexto, destaca-se o trabalhador como alguém incluído em um novo padrão de acumulação capitalista que, muitas vezes, desmobiliza, desregula e desvaloriza as relações de trabalho.

O desemprego e o trabalho informal destacam-se no cenário brasileiro. A taxa média de desemprego aberto no Brasil, calculada

pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), elevou-se de 3,8% em junho de 1996 para 13% em junho de 2003, com um aumento de 2,5% em relação a dezembro de 2002. Em março de 2004, a taxa de desemprego apresentou-se em 12,8% e, no mesmo período de 2005, o desemprego apresentou taxa de 10,8%. Embora as taxas tenham apresentado ligeira queda nos últimos dois anos, o nível de desemprego é considerado elevado no País (IBGE, 2005).

Além disso, as condições precárias de emprego também merecem destaque. O nível de emprego formal no Brasil decresceu, com o fechamento de 304,9 mil postos de trabalho em 1996, para a eliminação de mais 581 mil postos de trabalho formais em 1998. Em 2003, o emprego informal cresceu 8,4% em relação a 2002 (Boletim do Banco Central do Brasil, 2005).

Em Minas Gerais, o desemprego aberto apresentou taxa média de 12,1% em março de 2004 e 10,7% em março de 2005, tomando como base a região metropolitana de Belo Horizonte (IBGE, 2005).

Diante desse cenário, admite-se que o processo de reestruturação das relações de trabalho associa-se ao aumento do desemprego, incitando a emergência de novos valores sociais no contexto da reestruturação das relações de trabalho. Portanto, advoga-se o estudo do fenômeno do desemprego sob a ótica dos desempregados e sua subjetividade.

As formas de manifestações subjetivas são influenciadas pela história e cultura, e remetem às formas de interpretação características de determinada realidade social. O Brasil caracteriza-se por uma sociedade que ainda mantém a convivência do moderno/ contemporâneo com valores mais tradicionais, como clientelismo e paternalismo, em um contexto que exige competitividade e impessoalidade nas relações de trabalho. No que tange às mudanças no mundo do trabalho, isso implica, por exemplo, a manutenção de relações de trabalho conservadoras, ao lado de técnicas denominadas flexíveis, que exigem novas formas de qualificação, culminando com maneiras particulares de interpretar o trabalho e, conseqüentemente, o desemprego no Brasil. Sendo assim, justificam-se as formas de manifestações subjetivas como formas de interpretação em torno do fenômeno do desemprego no cenário

brasileiro.

Adverte-se, então, a necessidade de focalizar a questão do desemprego por meio dos próprios desempregados, imersos no processo de reestruturação, explorando os sentidos produzidos por eles e a forma como esses sentidos se manifestam em sua subjetividade. Trata-se de um novo “olhar” sobre o fenômeno do desemprego, atentando para aspectos subjetivos, porém considerando o ambiente social e cultural. Dessa forma, advoga-se o estudo do desemprego para além de enfoques macroeconômicos ou individualizantes, de cunho psicológico.

A pesquisa foi realizada em um município no sul de Minas Gerais, considerando suas particularidades histórico-culturais, bem como as características econômico-sociais referentes às condições de trabalho, mais especificamente, no setor industrial.

A respeito do desemprego

A noção moderna de desemprego está relacionada à relação salarial, imposta gradativamente em consequência do desenvolvimento da mecanização das fábricas. Surge uma nova concepção de desemprego em que sua causa não mais seria atribuída aos defeitos pessoais dos desempregados, mas resultaria das leis objetivas do mercado (Topalov, 1990).

A partir da década de 1970, nos países capitalistas desenvolvidos, a relação salarial predominante começa a corroer-se. O assalariamento, caracterizado por contrato por tempo indeterminado, começa a ser substituído por um novo tipo de relação salarial, menos baseada na estabilidade do emprego. Essas transformações no mundo do trabalho trazem consigo a precarização das relações de trabalho e o aumento do desemprego. O novo paradigma produtivo exige um esforço redobrado, que supere os enfoques convencionais da economia do trabalho, com ênfase nos mecanismos econômicos; e, da sociologia do trabalho, com ênfase na situação dos assalariados. A implantação das novas tecnologias de gestão e das novas formas de organização do trabalho, como o modelo japonês de produção, influenciou nas condições de empregabilidade, repercutindo na trajetória profissional e qualificação

dos trabalhadores.

A maioria dos estudos acerca do desemprego enfatiza o impacto desse fenômeno, na saúde, nas relações familiares, no uso do tempo e na sua relação com a criminalidade. Jahoda (1982) explica as conseqüências psicossociais do desemprego. A autora afirma que o não-trabalho provoca uma desestruturação temporal, restringindo os contatos sociais e o espectro de objetivos a médio e longo prazo, assim como retirando as bases para a referência pessoal.

No Brasil, os estudos sobre o mercado de trabalho, até a década de 1980, apontavam para o problema da qualidade dos postos criados e para a qualificação dos trabalhadores. Com a persistência de taxas elevadas de desemprego, o debate direcionou para o desemprego, suas causas e conseqüências, bem como o perfil do desempregado. Pode-se citar o estudo realizado por Hirata e Humphrey (1989), analisando as trajetórias de trabalhadores desligados da indústria durante a década de 1980. Os autores examinam o comportamento dos operários fabris numa situação de desemprego e verificam que não acontece uma entrada direta do trabalhador e desempregado industrial no setor informal, demonstrando a busca preferencial por empregos na atividade de origem. Na atividade de busca pelo trabalho, verifica-se o aumento do poder do empregador que se expressa não só no grau de exigências, mas também nos tipos de postos de trabalho oferecidos. Esse quadro reflete o poder que as organizações têm, na contemporaneidade sobre os trabalhadores e, até mesmo, sobre a oferta e o tipo de empregos oferecidos.

Hirata e Humphrey (1989) afirmam que o desemprego repercute na dinâmica familiar, dependendo da posição que o indivíduo desempregado ocupa na família. Os autores analisam as trajetórias de trabalhadores industriais desempregados e evidenciam que as pressões para aceitar empregos não-industriais ou realizar "bicos" dependem também das pressões familiares; chefes de família sentem de forma mais aguda a pressão econômica, por exemplo.

Os impactos do desemprego na estrutura das relações familiares também podem ser explicados por uma alteração na posição do membro contribuinte, bem como nas alterações de gênero. Tais mudanças acarretaram alterações nos arranjos

familiares de inserção no mercado de trabalho, modificando, por exemplo, o peso da contribuição de cada membro na composição da renda familiar. Quanto aos efeitos de gênero nos estudos sobre o desemprego, constatou-se uma tendência de crescimento da taxa de participação feminina, concomitante à queda daquela referente aos homens na estrutura da manutenção financeira da família (Hirata & Humphrey, 1989). Ao redimensionar as estruturas familiares, tanto na contribuição da renda quanto na questão de gênero, verificou-se a crescente exposição das mulheres, por exemplo, às condições do desemprego e, conseqüentemente, às suas implicações comportamentais, reforçando as conseqüências no núcleo familiar.

Nesse sentido, os autores apontam para o fato de que homens, chefes de família, não podem aceitar o desemprego de maneira passiva. Para esses indivíduos, estar sem trabalho significa, em muitos casos, não ter como suprir as necessidades básicas, como alimentação e vestuário, gerando cobranças e tensões familiares. Para esses autores, a repercussão do desemprego nas mulheres, principalmente, casadas, é menor e menos instantânea.

Nesse contexto, o fenômeno do desemprego tornou-se um indicador de uma situação social que afeta, de modo diferente, diferentes grupos da população, visto que o trabalho é considerado, muitas vezes, o eixo das relações sociais (Cattani, 1996).

O desemprego, portanto, tem se tornado mais visível, particularmente nos países europeus mais avançados que, juntamente com os Estados Unidos e o Japão, constituem o eixo propulsor e definidor da dinâmica da economia mundial. No entanto, o desemprego não deve ser visto apenas como um fenômeno macroeconômico cíclico, relacionado a um problema de demanda agregada; nem mesmo como ausência de trabalho; mas como busca de um trabalho com melhores condições. Nesse sentido, o desempregado pode ser entendido como “agente social”, que constrói a realidade da sociedade pela sua prática, que atua sobre a realidade e é influenciado por ela. Ou seja, é preciso conhecer o que é o trabalho e o desemprego e, com base nisso, compreender o desempregado como ator social, suas referências e suas estratégias de ação (Pereira, 1993).

Por isso, julga-se válido o estudo do desemprego por meio da

subjetividade do sujeito desempregado. Para tanto, apresenta-se a concepção de subjetividade adotada nesta pesquisa.

Enfoques conceituais da subjetividade

Nesta seção, pretende-se destacar, considerando-se as concepções de Vygotsky (2000), Guattari (2004; 1993) e Foucault (2004), algumas sistematizações teóricas acerca da subjetividade que parecem adequadas às concepções teórico-metodológicas desta pesquisa.

Na contemporaneidade, à medida que contexto, história, relações e lugares sociais são continuamente transformados, como resultado da atividade dos próprios sujeitos, ressalta-se o caráter complexo de entender a subjetividade. Compreender essa subjetividade na contemporaneidade requer o olhar para o interior (o sujeito) e para o exterior (a sociedade). Esse fato reforça a necessidade de focalizar a dimensão de processo e movimento permanente, tanto no que se conclui, quanto na forma como as análises são tecidas, reconhecendo, ao mesmo tempo, o caráter central e periférico do sujeito social.

Vygotsky (2000) procura compreender a gênese da subjetividade, incorporando os níveis biológico, psicológico, antropológico, histórico e, essencialmente, cultural. Os trabalhos do autor partem de uma concepção de sujeito psíquico até uma concepção de sujeito como “um agregado de relações sociais encarnadas no indivíduo” (Vygotsky, 2000, p. 33). Essa concepção de sujeito justifica-se pela importância que Vygotsky atribui à dimensão social e histórica do funcionamento psicológico e à interação social na construção do ser humano. Nessa perspectiva, o conceito de subjetividade é ressignificado como sua forma de desenvolvimento e o modo como esse se processa, na medida em que o processo de constituição da subjetividade existe como resultado da atividade humana, no contexto das relações sociais. O sujeito existe, pois está inserido em um contexto social, e os contextos, por sua vez, resultam da ação destes sujeitos.

Para Vygotsky (2000), o processo de constituição da subjetividade inicia-se com a percepção interna e externa dos sujeitos,

baseadas nas experiências pessoais. O autor afirma que, no momento de organização e reelaboração dessas experiências, deve-se levar em consideração a vida em sociedade e a cultura como um produto da vida e da atividade social. Sendo assim, trata-se de uma abordagem histórico-cultural da constituição da subjetividade.

Guattari (1993) define a subjetividade como sendo, ao mesmo tempo, emergente e singular às tramas de relações sociais. O autor utiliza a expressão “produção de subjetividade” como base para a evolução das forças estruturais (econômicas, sociais e culturais). Dessa forma, a subjetividade guarda uma relação de produto e produtora, reconhecida como um sistema aberto ao mundo e em constante estruturação. Para Guattari (1993, p. 19), subjetividade é o “conjunto de condições que torna possível que instâncias próprias do indivíduo estejam em posição de emergir”.

Guattari (2004) discute a concepção de ecologia como composta de três elementos: o meio ambiente, as relações sociais e a subjetividade. O autor coloca em questão a maneira de viver no planeta, no contexto das mudanças técnico-científicas, e centraliza, nesse contexto, o trabalho, o desemprego e a subjetividade. Guattari (2004) defende que a relação da subjetividade com sua exterioridade social, animal, vegetal ou cósmica delimitaria a própria produção dessa subjetividade e, conseqüentemente, a produção das relações sociais. A produção da subjetividade, portanto, não está centrada nos sujeitos em si mesmos, mas nos mecanismos de expressão estrutural, como os sistemas econômico, social e cultural; e, nos mecanismos psíquicos, como os sistemas de percepção, valor, biológico etc. Ou seja, a conformação da subjetividade se dá no âmbito do social (Guattari, 1994).

A subjetividade construída socialmente está intimamente relacionada, na concepção de Foucault (2004), às relações de força estabelecidas na sociedade, manifestadas por meio da linguagem. Para esse autor, o exercício do poder não seria privilégio apenas dos grupos dominantes, mas seria difuso, perpassando diversos espaços sociais, permeando as linguagens, responsáveis, muitas vezes, pela própria constituição da subjetividade. Sendo assim, a subjetividade está centrada na linguagem em curso, não podendo ser considerada apenas como elemento interior a um sujeito.

Foucault (2004) descreve o saber como uma arqueologia das práticas, manifestadas por meio da linguagem, dos discursos. A subjetividade, nesse sentido, não é considerada manifestação inerente ao sujeito em si. O autor não relaciona o discurso diretamente a uma subjetividade, mas remete-a às posições e às funções que os sujeitos ocupam em uma diversidade discursiva, ou seja, a subjetividade está diretamente relacionada aos jogos de poder estabelecidos na linguagem, para a busca do conhecimento, da verdade. Para o autor, essa busca implica “escolhas” por parte dos sujeitos e, portanto, liberdades que só poderiam ser compreendidas por meio da subjetividade.

A subjetividade, portanto, não é apenas um elemento interior a um sujeito, partindo das características do inconsciente, mas um microfenômeno de análise, o qual pode se manifestar tanto psicologicamente quanto por meio da linguagem.

Observa-se, ressaltando as particularidades das sistematizações teóricas de cada autor, que Vygotsky, Guattari e Foucault concebem a importância da inserção do sujeito em um mundo social no qual ele constitui sua subjetividade, conferindo a ela um caráter de construção social, definida histórica e culturalmente, e que pode se expressar no momento da interação e da linguagem em curso. Destaca-se a importância do resgate de uma concepção de subjetividade, principalmente no campo da psicologia, enfatizando a tendência de produção social da realidade, não deixando de destacar os aspectos inconscientes implicados também nos grupos sociais.

Ferreira (2000) ressalta que falar do indivíduo como algo isolado constitui a abstração da própria realidade subjetiva. Para essa autora, existe um movimento dialético entre indivíduo e sociedade. Os indivíduos, ao se relacionarem, produziram a subjetividade e a sociedade como um todo.

Desemprego e subjetividade: apresentando algumas pesquisas

De maneira geral, os temas do trabalho e do desemprego, na sociedade contemporânea, têm sido relacionados, em diversas pesquisas, com aspectos subjetivos da perda do emprego (Caldas,

2000a; 2000b; Jahoda, 1982).

Em alguns trabalhos, propõe-se a análise da dimensão subjetiva do desemprego, focalizando as implicações para o desempregado (Caldas, 2000a; Fryer & Payne, 1986). “Parece natural que a demissão afete mais o indivíduo desligado do que qualquer outro envolvido” (Caldas, 2000a, p. 2). Esse autor discute a perda do emprego, e seus efeitos subjetivos no contexto brasileiro, partindo do sentido do próprio trabalho para o sujeito. Em sua pesquisa, Caldas (2000a) apresenta algumas dimensões do desemprego como a perda da identidade e da auto-estima.

Com relação a essas dimensões, ressalta-se que o conceito de identidade utilizado por Caldas (2000a) aproxima-se da noção de confusão intelectual ou emocional entre sujeitos para com outros sujeitos ou para com objetos. Ou seja, o autor parece aproximar-se mais da noção de identificação, no sentido de referência social, do que de identidade propriamente dita. Especificamente, em sua obra, Caldas (2000a) pretende demonstrar que o sujeito estabelece uma relação de identificação com seu trabalho ou com a organização que lhe confere uma referência social e, ao ficar desempregado, perde essa identificação e, conseqüentemente, sua auto-estima .

Pagès, Bonetti, DeGaulejae e Descendfre (1987) focalizam o rompimento do elo entre o sujeito e a organização:

A organização, na sua realidade econômica e política, propõe aos indivíduos uma imagem de força e de poder: o porte da organização, seu caráter mundial, sua eficácia, seus objetivos de conquista (lucro e expansão) constituem uma imagem agressiva de onipotência, que favorece a projeção de sonhos individuais de onipotência, ao mesmo tempo que mantém a angústia que os alimenta (Pagès; Bonetti; DeGaulejae & Descendfre, 1987, p. 163).

Nesse sentido, Caldas (2000a) defende que o desemprego seria a dissolução de uma ligação psíquica que o trabalhador mantém com o trabalho, ou com a organização, por meio da qual atenuaria suas incertezas e inseguranças. A identificação ou o elo entre o trabalhador e o trabalho/organização estaria intimamente relacionado à importância dada ao trabalho como uma forma de contato

interpessoal e como imagem, ou seja, como posição de *status*. Nessa perspectiva, o emprego é tido como uma fonte central de auto-estima e reconhecimento social. O desemprego, portanto, representaria a perda da referência social que levaria à perda da auto-estima que acompanha esse papel. A posição de desempregado é apresentada como uma posição de menor prestígio, desviante, de segunda categoria, não providenciando uma verdadeira pertença ao social (Caldas, 2000a).

Enriquez (1999) adverte que o trabalho instaura a realidade e a temporalidade para o trabalhador. Segundo o autor: “quando não temos temporalidade, não sabemos mais quem nós somos nem o que temos a fazer” (Enriquez, 1999, p. 79). O elemento de atemporalidade remete à condição transitória na qual se encontra o desempregado. A falta de exigências e compromissos cotidianos pode produzir um excesso de tempo e retirar a necessidade de escolher entre diferentes atividades; uma redução geral dessas mesmas exigências é freqüentemente acompanhada pela perda de uma diferenciação temporal. Essa dificuldade, para preencher o tempo por falta de atividade, pode acarretar dimensões comportamentais da perda do trabalho, como as reações de violência e as mudanças nas estruturas das relações familiares (Caldas, 2000 a).

Sargentini (2001), ao investigar a trajetória do trabalhador brasileiro em determinados momentos do século XX, verificou que os trabalhadores da década de 1930, ao se organizarem, lutavam por justiça ao valor da força de trabalho que vendiam. Os trabalhadores da década de 1990, por sua vez, procuravam garantir o direito de ainda poder vender a força de trabalho: “assim, o momento leva o trabalhador a voltar-se para um novo foco: organizar-se para vender a força de trabalho” (Sargentini, 200, p. 256).

A trajetória dos trabalhadores também pode ser analisada no interior das organizações, traçando comparações entre o trabalhador do período fordista e o trabalhador no contexto da reestruturação das relações de trabalho. Nesse período, também chamado de período da especialização flexível, a sintonia com as emoções e a capacidade de trabalhar em equipe emergem como elementos importantes no contexto da nova organização do trabalho. Rosa (1998) afirma que

esse cenário incita um tipo de “governo dos homens”, no qual o trabalhador e sua subjetividade são requalificados no seu “dever ser”.

A forma de governo e as responsabilidades colocadas pelas mudanças no mundo do trabalho, segundo a autora, consideram o poder como a própria liberdade humana de reiniciar a ação e, portanto, realizar a pluralidade e as singularidades inclusas nas novas formas de trabalho. A reflexão revela que o trabalhador, no contexto da reestruturação das relações de trabalho, deve estar preparado para um novo formato de emprego: o emprego que exige dele o “saber ser responsáveis”, multifuncionais, sociáveis, entre outras características. É o desenvolvimento de um ideal trabalhador contrário ao ideal trabalhador *taylorista*.

Por outro lado, Oliveira e Mattoso (2003) argumentam que as relações estabelecidas pela nova organização do trabalho são pautadas, muito mais do que em uma autonomia real, em uma autonomia outorgada, de base instrumental. Essa autonomia seria um instrumento de coordenação das relações de trabalho com vistas a atingir um objetivo econômico. Dessa forma, a nova organização do trabalho seria voltada para a formação de trabalhadores capazes de cooperar em situação de trabalho. Porém, a cooperação seria produtiva e operacional e não solidária e unificadora. Nesse cenário, a figura do sujeito reivindicador de direitos, por meio, por exemplo, dos sindicatos, tem enfraquecido perante a crescente competitividade e insegurança no âmbito do trabalho. O discurso na contemporaneidade incita cada trabalhador a diferenciar-se, para, com isso, promover-se e sair do interior de uma imensa massa de comuns (Sargentini, 2001).

Esse fato pode acarretar o sentimento de insegurança, em grande parte reforçado pela individualização na construção e valorização das próprias condições de **empregabilidade**. Sorj (2000), ao discutir sobre os aspectos da nova sociedade brasileira, apresenta as conseqüências da reorganização da produção e do emprego, ressaltando as novas formas de estratégias sociais diante das condições de empregabilidade. Para o autor, uma massa cada vez maior de desempregados procura reciclar-se, enquanto as novas gerações desenvolvem estratégias para adaptar-se às exigências do

novo mercado de trabalho. O contexto, portanto, requer do sujeito um constante investimento privado em sintonia com as eventuais oportunidades que o mercado de trabalho oferece.

As novas condições de empregabilidade podem estar associadas a uma forma de transferência da responsabilidade da “não contratação” da organização para o trabalhador:

Um trabalhador “não empregável” é um trabalhador não formado para o emprego, não competente, etc. O acesso ou não ao emprego aparece como dependente da estrita vontade individual de formação, quando se sabe que fatores de ordem macro e meso econômicos contribuem decisivamente para essa situação individual (Cortella, 1997, p. 33).

Quando o sujeito é o responsável pela sua própria capacidade de conseguir um emprego (construir sua condição de empregabilidade), esse se vê diante da necessidade de financiar sua entrada no mercado de trabalho por meio de diversos mecanismos. Além da busca por capacitação profissional, Sorj (2000) aponta a valorização das redes sociais no Brasil como elemento de empregabilidade. Trata-se de uma questão que mantém íntima relação com o contexto econômico. O autor afirma que, nos momentos de expansão econômica, surgem oportunidades de ascensão por mérito, independente de fatores da origem social.

Em contrapartida, a deterioração da economia, as mudanças tecnológicas e o acelerado declínio dos empregos, a despeito de aumentarem as exigências em termos de competência, também fortalecem as redes sociais como mecanismos de filtro e seleção: “valoriza-se o capital social individual e familiar do candidato (como critério central de seleção, dado o grande número de candidatos para um pequeno número de cargos)” (Sorj, 2000, p. 81).

Diante desses elementos, a empregabilidade parece realçar o sentimento de insegurança, principalmente para os desempregados. Ao romper o elo com a organização, o desempregado estaria em um estado de incerteza, o qual poderia acarretar o estresse e até mesmo a depressão, encarada não apenas como um fenômeno psicológico, mas como uma manifestação também social e complexa (Whooley, 2002).

Gomes (2003), ao realizar um estudo acerca da ligação entre desemprego, depressão e sentido de coerência, afirma que, além de intimamente relacionada a esse fenômeno e de ocasionar conseqüências psicológicas, a depressão pode acirrar uma situação que, para o desempregado, por si só, já é alarmante, qual seja: a dificuldade econômica. O autor ressalta que os deprimidos são vítimas de sucessivas consultas, repetidos exames e análises ou de pequenas cirurgias, os quais representariam os *custos da depressão clínica*. Os custos da depressão também podem ser identificados no nível social e familiar, embora não sejam tão facilmente identificáveis nesses níveis.

A proposta de Caldas (2000a) é a noção de emprego como vida, ou seja, o emprego representaria para o trabalhador a ligação com a vida e o sentido de fazer parte dela. Por meio do trabalho, têm-se compromissos, regras a cumprir, podem-se esperar recompensas pelo esforço despendido, enfim, representa a atividade. Por conseguinte, o desemprego manifestar-se-ia como expressão de inatividade e morte. Esse sentimento é reforçado pela noção de invalidez, pelo fato de não produzir, de não colaborar, de estar fora do mercado, da esfera **ativa** da sociedade.

As dimensões do desemprego apresentadas neste capítulo, considerando-se o que o trabalho pode representar para o sujeito, são de extrema relevância para os estudos no âmbito do trabalho e do desemprego. Entretanto, nesta pesquisa, pretendeu-se compreender o fenômeno do desemprego, tomando por base seu sentido produzido por desempregados e desempregadas do setor industrial, a partir de sua própria condição de estar desempregado(a).

Ao considerar a importância do elemento social no processo de subjetivação, incita-se a discussão de algumas formas de subjetividade inerentes à modernidade e, mais precisamente, das maneiras como tais subjetividades articulam-se no contexto brasileiro. Dessa forma, é possível investigar e analisar a produção de sentidos, tendo em conta as particularidades das formas de agir e pensar na sociedade brasileira (subjetividade), não deixando, contudo, de considerar as minuciosidades de cada sujeito envolvido na pesquisa.

Manifestações brasileiras da subjetividade

Optou-se por tratar a construção da subjetividade particularizando a noção de individualismo desenvolvida por Dumont (1985) e, posteriormente, pelos estudos de DaMatta (1990) e Figueiredo (1995), em diálogo com o primeiro, considerando especificamente o cenário brasileiro. Não é pretensão esgotar, neste tópico, as discussões a respeito do tema da subjetividade no Brasil, mas, a partir do recorte proposto, traçar algumas características que permeiam a construção subjetiva do brasileiro, as quais podem se relacionar aos sentidos produzidos por ele.

Dumont (1985) apresenta um estudo acerca do desenvolvimento do conceito moderno de indivíduo. O autor apresenta a noção de individualismo que seria um valor próprio das sociedades ocidentais modernas. Para Dumont (1985), a primazia do indivíduo constitui o cerne da herança judaico-cristã, que trata da afirmação do indivíduo nas sociedades ocidentais modernas, da busca da liberdade, da propriedade privada, da limitação do poder do Estado, enfim, da afirmação do indivíduo perante a sociedade.

Admite-se que o conceito que permeia a sociedade ocidental, o individualismo, remonta a uma época remota. Dumont (1985) cita o mundo helenístico como um mundo já impregnado da concepção individualista que, posteriormente, veio a ser retomado pelo cristianismo, expresso na crença da fraternidade do amor em Cristo e por Cristo e na igualdade de todos. Mas o problema ressaltado por Dumont (1985) é, principalmente, o problema da origem do individualismo. O autor se pergunta como, a partir do tipo geral das sociedades (**holistas**), pôde se desenvolver o tipo de sociedade individualista. Ele próprio conclui, com base na observação da sociedade indiana, que, em sociedades tradicionais, o individualismo aparece como uma reação, uma forma de oposição a essa sociedade.

Tem-se, portanto, um paralelo entre o indivíduo moderno ocidental: indivíduo tradicional, próprio das sociedades hierarquizadas, holísticas, e o chamado indivíduo-fora-do-mundo. O primeiro caracteriza-se por um indivíduo que constitui valor supremo; suas regras pessoais movem sua existência e a sociedade trabalha a

seu serviço: **indivíduos-no-mundo**. O segundo, o indivíduo tradicional, é aquele que pensa no todo e considera a hierarquia de valores institucionalizada em sua sociedade: *o homo hierarchicus* (Dumont, 1992). O terceiro é o indivíduo renunciante das formas tradicionais e hierarquizadas da sociedade: **o indivíduo-fora-do-mundo**. Com isso, o autor ressalta que o individualismo só pode aparecer em uma sociedade tradicional sob a forma de indivíduo-fora-do-mundo.

Em face das considerações traçadas, é relevante apresentar duas acepções do termo indivíduo para Dumont (1985). A primeira é a noção de um sujeito empírico, “um objeto fora de nós” (Dumont, 1985, p. 37). Analiticamente, trata-se de um sujeito que fala, pensa e deseja. A segunda concepção é a do ser moral, independente e autônomo. Quando o indivíduo constitui o valor supremo, configura-se, então, o individualismo. Para Dumont (1985, p. 109): “A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão adotada pela Assembléia Constituinte no verão de 1789 marca, num sentido, o triunfo do Indivíduo”.

Ainda segundo esse autor, com o surgimento do Estado moderno, extingue-se a harmonia universal do todo com Deus. Nessa concepção, o indivíduo é um ser autônomo, integrante de uma comunidade que forma o Estado, tornando-o o poder supremo. A idéia de individualismo opõe-se ao nacionalismo sem explicação, mas vincula-se a esse como valor, pois a nação é um tipo de sociedade correspondente ao individualismo; portanto, pode-se dizer que a nação é um tipo de sociedade composta de indivíduos.

As idéias de Dumont (1985) são retomadas por DaMatta (1990) e Figueiredo (1995), na tentativa de interpretar as formas de subjetividade inseridas na sociedade brasileira. DaMatta (1990) ressalta que a noção de indivíduo (social, **no mundo**) desenvolvida por Dumont pode ser posta em contraste com a idéia de pessoa como construção social. E, com base nesse paralelo, o autor revela a dialética da construção da subjetividade no universo brasileiro como um contexto no qual os sujeitos articulam suas ações transitando entre manifestações autoritárias e hierárquicas (atribuídas ao mundo da rua), e harmônicas e democráticas (atribuídas ao mundo da casa). Para o autor, o Brasil é uma sociedade que convive com um paradoxo,

já que opera em dois níveis de subjetividade: uma constituição de subjetividade considerada tradicional e hierarquizada, e um modo mais “individualizado” e impessoal. Trata-se de oposições entre o

(...) pessoal e o impessoal, o público e o privado, o anônimo e o conhecido, o universal e o biográfico. Tudo, como vimos, conduzindo à descoberta de que, no sistema brasileiro, é básica a distinção entre o indivíduo e a pessoa como duas formas de conceber o universo social e nele agir (DaMatta, 1990, p. 178).

Dessa forma, o autor articula a noção de indivíduo, vinculado ao conceito de individualismo e igualitarismo e a noção de pessoa, tratada como um ponto de encontro entre a noção de indivíduo psicológico e unidade social, como a noção de personagem protegido por um sistema de relações. Sob esse aspecto, evidencia-se o pólo social, ou seja, o indivíduo imerso na sociedade e ligado aos valores familiares, religiosos etc., correspondendo à noção de **pessoa** “(...) como entidade capaz de remeter ao todo, e não mais à unidade, e ainda como elemento básico através do qual se cristalizam relações essenciais e complementares do universo social” (DaMatta, 1990, p. 182).

Com essa articulação, o autor pretende demonstrar que ambas as noções seriam “manifestações subjetivas” inerentes ao mundo social brasileiro. Essa dialética torna-se evidente, principalmente, pela recorrência a posições de status em momentos de conflitos (âmbito da rua). A expressão: “**Você sabe com quem está falando**” é uma evidência desse processo. Para DaMatta (1990), por meio dessa expressão, confrontam-se o igualitarismo individualista e o esqueleto hierarquizante, presentes na sociedade brasileira. Por um lado, tem-se a exigência da prática da lei (o indivíduo que reclama seus “direitos”). Por outro, tem-se o apelo para a dimensão relacional e pessoal como forma de autoritarismo (aquele que pergunta: você sabe com quem está falando?). O autor afirma que esse traço da sociedade brasileira comporta um aspecto escondido e latente, pois remete a vertentes, muitas vezes, indesejáveis da cultura brasileira.

A respeito dessa vertente, Martins (1994) discute algumas características da cultura brasileira, baseado na história dessa

sociedade. O autor aponta para diversos aspectos culturais, como confusão estabelecida, na sociedade brasileira, entre o patrimônio público e o patrimônio privado, o **patrimonialismo**. Para o autor, essa tem sido a base sobre a qual essa relação foi dando lugar a procedimentos classificados como corruptos. Outras características culturais apontadas referem-se ao “modelo familiar” prevalecente no Brasil: o **paternalismo**. Essas relações são representadas nos grupos de interesses e coalizões que favorecem o cultivo do “padrinho” na sociedade brasileira. Dessa forma, a sociedade brasileira tenderia a ser mais *nepotista* no provimento de cargos ou de lugares nas organizações e no mercado de trabalho em geral (DaMatta, 1990).

Nota-se, então, a apropriação do conceito de individualismo desenvolvido por Dumont no estudo de DaMatta (1990), ressaltando que esse último coloca em paralelo à noção de indivíduo a noção de pessoa e revela que, em uma sociedade como a brasileira, a pessoa é soberana. Esse é um enfoque que remete ao código da moral, do misticismo, da caridade e da bondade, como demonstra Figueiredo (1995) baseando-se na leitura de DaMatta.

Contudo, DaMatta (1990) reconhece que a vertente individualizante também existe no contexto brasileiro: o aparato legal. E complementa que talvez essa seja a sua maior contribuição, ressaltando que, no Brasil, as leis são utilizadas em função de interesses, muitas vezes, particulares (da pessoa): “a lei universalizante e igualitária é utilizada para servir como um elemento fundamental da sujeição e diferenciação política e social (...) as leis só se aplicam aos indivíduos e nunca às pessoas” (DaMatta, 1990, p. 194).

Figueiredo (1995), por sua vez, amplia as categorias gerais de subjetividade moderna (indivíduo e pessoa) no cenário brasileiro e apresenta uma reflexão sobre os modos de subjetivação no Brasil contemporâneo. O autor também se apóia na divisão realizada por Dumont (1985) entre o **holismo** e o **individualismo** e afirma que ao sistema holista corresponde a idéia de indivíduo como pessoa; e, ao sistema individualista, a idéia de indivíduo como mero indivíduo ou como sujeito (em um nível idealista). Dessa forma, Figueiredo (1995) relaciona ao sistema individualista duas formas de individualização: o

mero indivíduo e o sujeito. Além disso, ressalta que essas formas também podem ocorrer em contextos relacionais como forma de sobrevivência. Porém, quando esses “indivíduos” encarnam os valores dos grupos para a sua sobrevivência, tornam-se entidades posicionais (usam máscaras) e incorporam a pessoa como forma de subjetividade.

As categorias *sujeito* e **mero indivíduo**, desenvolvidas por Figueiredo (1995), fundamentam-se, principalmente, em uma crítica direcionada ao trabalho de Dumont (1985). Figueiredo (1995) aponta a inexistência de uma distinção entre independência e autonomia em Dumont e, para suprir essa lacuna, recorre aos conceitos de liberdade negativa e liberdade positiva. O primeiro conceito refere-se à mera ausência de vínculos, ao passo que o segundo é caracterizado pela capacidade do ser humano de gerar leis e viver sob o império delas. O mero indivíduo é aquele “indivíduo” que apenas conquistou sua liberdade, mas, grosso modo, não sabe o que fazer com ela (escravo liberto). O sujeito, portanto, é aquele que ascende à condição de indivíduo autônomo e realiza sua liberdade positiva.

Segundo Figueiredo (1995), podem existir várias pessoas e vários meros indivíduos em uma sociedade, visto que as pessoas compartilham e se utilizam das formas relacionais de proteção e convivência de diversas maneiras. O mesmo ocorre com os meros indivíduos, os quais se encontram, em diferentes níveis ou aspectos, submetidos a uma precária independência e formas autoritárias de controle. Entretanto, só pode existir um sujeito na concepção de Figueiredo (1995), pois, ao conquistar sua autonomia, o sujeito revela-se sob uma mesma dimensão em toda a sociedade.

Esse autor afirma que os meros indivíduos podem estar abertos à personalização ou ao assujeitamento e, nesse ponto, o autor concorda com DaMatta (1990), ilustrando os caminhos das duplicidades e dos laços que mantêm as partes que compõem o Brasil unidas em uma relação de antagonismo e complementaridade. Figueiredo (1995) descobre, no trabalho de DaMatta (1990), uma insinuação quanto a uma terceira possibilidade de subjetividade: a do brasileiro que não se submete à forma individualista ou à forma tradicional (pessoa) para agir em sociedade. Em contrapartida, o brasileiro se utiliza dessas formas de acordo com seus interesses

(oportunistas).

As formas de manifestações subjetivas, portanto, são influenciadas pelo contexto social e cultural. Ao tratar do fenômeno do desemprego e suas manifestações na subjetividade do desempregado, deve-se atentar para as particularidades do cenário brasileiro. Além disso, julga-se importante avaliar outros trabalhos que, de alguma forma, tratam o desemprego relacionado à subjetividade.

Nesse universo de subjetividades, particulares ao contexto brasileiro, estão inseridos os desempregados e suas formas de agir e pensar em sociedade. Nesta pesquisa, o que se pôde apreender dos conceitos apresentados é que se deve considerar a produção de sentidos como um elemento intimamente relacionado às formas de construção da subjetividade. Ambas, a produção de sentidos e a subjetividade, foram admitidas como construções sociais imersas em um universo de valores complexos (como o brasileiro).

Metodologia de pesquisa

O presente estudo situa-se sob o paradigma interpretativo de análise (Morgan, 1980). Esse autor afirma que o investigador interpretativista tenta entender os processos pelos quais as múltiplas realidades compartilhadas surgem, sustentam-se e modificam-se, atentando para a rede de jogos de linguagem, baseada em grupos de conceitos e regras subjetivamente determinadas.

Sob esse paradigma, realizou-se a análise qualitativa dos dados. Na pesquisa qualitativa, permite-se a imersão no fenômeno para a compreensão da diferença, postura essa que abre espaço para a subjetividade. Triviños (1987) afirma que métodos qualitativos podem fornecer detalhes intrincados de um fenômeno, os quais são difíceis de serem captados pelos métodos quantitativos.

Compõem o universo da pesquisa desempregados e desempregadas do setor industrial (considerados, para tanto, os indivíduos acima de 18 anos, sem vínculo empregatício e à procura de emprego), de um município no sul de Minas Gerais, cadastrados no Sistema Nacional de Empregos (SINE). A determinação do universo da pesquisa foi baseada em listagens repassadas pelo SINE. Foram

identificados 319 desempregados, totalizando o universo da pesquisa.

Definido o universo da pesquisa, o tamanho da amostra foi delineado de forma não probabilística, seguindo o critério de escolha intencional (Alencar, 1999), visando a abranger a máxima amplitude em termos de gênero, idade, escolaridade, entre outros. Com isso, foram selecionados 28 desempregados provenientes do setor industrial para a realização desta pesquisa. Ressalta-se que o número de entrevistados condiz com os pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa, visto que a análise qualitativa demanda trabalho considerável.

Recorreu-se à coleta de dados por entrevistas baseadas em roteiro de entrevista, conforme sugere Alencar (1999). A análise dos dados transcorreu conforme as recomendações de Spink (2004): a) imersão no conjunto de informações coletadas, deixando aflorar as interpretações sem categorizar *a priori*; b) definição de categorias, presentes na própria organização da linguagem, para classificar e explicar o fenômeno estudado. A apresentação dos resultados transcorreu por meio da discussão das categorias encontradas nas entrevistas (interpretações) e os conceitos que sustentam o trabalho.

Desemprego e subjetividade no cenário brasileiro: uma análise sob a ótica de desempregados e desempregados do setor industrial, no sul de Minas Gerais

Com base nas análises dos depoimentos dos desempregados, verificou-se a preocupação com as novas condições de empregabilidade no setor industrial, representando o **desemprego como produto social das novas condições de empregabilidade** e explicitando a relação desemprego/exigências do mercado em termos de qualificação, reforçando o quadro apresentado por Sargentini (2001), acerca da individualização no processo de “construção da empregabilidade” e da formação de uma periferia de trabalhadores e desempregados “desqualificados”, constituída por aqueles que não se adaptam às novas exigências. Esses, por sua vez, recorrem ao trabalho precário e informal como alternativa de sobrevivência.

Também observou-se a manifestação da prática da indicação,

interpretada como um “canal de empregabilidade” capaz de “superar” as dificuldades da qualificação. As características culturais do município, a proximidade nos relacionamentos sociais, facilitam essa interpretação. Na prática da indicação, reflete-se uma “crença” ou um discurso, já institucionalizado, de que os desempregados, mesmo diante das exigências em termos de qualificação, ainda devem atentar para a construção de uma “rede de relacionamentos sociais”, conforme atenta Sorj (2000). Por um lado, essa “rede” é interpretada como dependente de laços pessoais, como os laços de parentesco, e funcionam como canal direto para a conquista de uma vaga de emprego.

A qualificação foi interpretada como um fator crítico de desemprego, principalmente no que tange aos “canais de acesso à qualificação” no município em estudo. Nesse sentido, os desempregados manifestaram a conscientização quanto às exigências do mercado e à necessidade de realização de investimentos na empregabilidade, para, então, se tornarem “pessoas empregáveis”, conforme discute Cortella (1997), ao ressaltar a transferência, nesse caso, da responsabilidade da contratação da organização para o próprio trabalhador.

No entanto, as condições de manutenção da empregabilidade manifestaram-se como uma barreira de acesso ao emprego, quando relacionadas à idade do desempregado. Essa interpretação revelou-se, principalmente, entre os desempregados com idade acima de 30 anos. Entre os desempregados com menos de 30 anos, e solteiros, ressaltou-se a interpretação do conflito entre a busca da qualificação e experiência profissional, culminando com o tema da falta de oportunidade de trabalho para os jovens no setor industrial.

Ainda com relação às condições de empregabilidade, os desempregados referiram-se à qualificação como mais uma forma de “burocracia”, ressaltando o poder, o controle social das organizações sobre a oferta de vagas. Pagés et al. (1987), de alguma forma, chamam a atenção para o poder que as organizações contemporâneas exercem sobre os funcionários. Neste trabalho, verificou-se que esse poder não remete apenas ao indivíduo na condição de trabalhador da empresa, mas como desempregado. Os desempregados interpretaram as organizações como as “ditadoras”

da oferta de empregos e do nível de qualificação ao qual esses desempregados devem adaptar-se.

Ao analisarem-se os depoimentos, observou-se a emergência dos temas referentes à empregabilidade como conseqüência das alterações no processo de produção industrial, o que reflete o **desemprego como produto das transformações no mundo do trabalho**. Segundo os desempregados, os canais de acesso à qualificação, no município em estudo, não apresentaram a mesma dinâmica dos avanços tecnológicos. Além disso, os temas da automação e do aumento da competitividade somaram-se à interpretação das mudanças como elementos que reforçam a formação de uma massa de desempregados desqualificados, caracterizando uma “periferia desqualificada”.

A competitividade entre os próprios desempregados e a oferta de mão-de-obra apareceu como um fator que favorece a precarização do trabalho como, por exemplo, os contratos flexíveis e o trabalho informal. A interpretação dos desempregados foi a seguinte: o trabalhador se submete às condições precárias, à exploração, aos contratos flexíveis e ao trabalho informal, pois ele tem conhecimento do número de desempregados que esperam por uma oportunidade de trabalho, mesmo que precária. Os contratos flexíveis foram citados pelos desempregados como as formas de emprego sem o registro na carteira de trabalho, ou mediante a fixação de contratos flexíveis. Nesse contexto, os trabalhadores vivem em condição limiar, ora como trabalhadores marginalizados, ora como desempregados.

Os desempregados caracterizaram a condição de trabalhador informal, conseqüentemente, a de desempregado, como pertencente à “rua”, conforme DaMatta (1990), remetendo ao **desemprego como exclusão social**. Na “rua”, não existem os direitos, as responsabilidades; o que existem são relações, a informalidade, os contratos flexíveis. Ao refletir a respeito do próprio tema flexibilidade, percebe-se que uma relação contratual desse tipo pode variar em função de interesses pessoais ou emergentes, não existem acordos fixos, regras claras e rígidas, que garantam o cumprimento dos deveres e direitos.

A esse universo, da informalidade, os desempregados declararam estarem submetidos, mesmo com a ciência dos direitos

e deveres. Em alguns casos, observou-se a submissão pela crença, discursivamente interpretada, de que o informal, o relacional, a espera pela indicação são procedimentos legítimos e justificáveis diante da condição de desempregado. Dessa forma, pelas análises, revelou-se uma forma de manifestação subjetiva dos desempregados, a qual, por sua vez, relacionada aos estudos de Figueiredo (1995), reporta-se ao mero-indivíduo. O desempregado que se “submete” às condições precárias de trabalho, ou permanece à espera de conseguir trabalho mediante “laços pessoais”, embora tenha consciência de que está expropriado de seus direitos e deveres, manifesta-se, subjetivamente, como mero-indivíduo. Esse desempregado encontra-se “imerso no sistema”, está livre, porém não possui autonomia. Está submetido a um sistema relacional, à mercê de interesses personalistas, “flexíveis”.

Diante desse cenário, os desempregados manifestaram-se subjetivamente como “atores fora de cena”. Em alguns casos, o homem desempregado passa a ser sustentado pela mulher; em outros, a mãe desempregada passa a ser sustentada pelos filhos, ocorrendo a inversão dos papéis. Os sujeitos da pesquisa manifestaram a condição de desempregado(a), como a impossibilidade de cumprir seu papel social de provedor da casa. Os desempregados do gênero masculino expressaram o tema da “masculinidade”, a imagem de que seria “do homem” o papel da responsabilidade de sustentar a família. Nesse âmbito, a condição de desempregado, além de configurar-se na impossibilidade do cumprimento de um papel, ainda conferia o sentido do não-cumprimento do papel que representaria a própria “masculinidade”, o papel de “ser homem”.

Essa constatação pode ser reforçada pelos estudos de Hirata e Humphrey (1989). Esses autores afirmam que o desemprego repercute na dinâmica familiar, dependendo da posição que o indivíduo desempregado ocupa na família. Tais mudanças acarretaram alterações nos arranjos familiares e provocando efeitos de gênero, como, por exemplo, a tendência de crescimento da taxa de participação feminina, concomitante à queda daquela referente aos homens na estrutura da manutenção financeira da família. No entanto, o fato de que homens, chefes de família, não podem aceitar o

desemprego de maneira passiva acarreta no sentido de não cumprimento de um papel. Contudo, no caso das desempregadas, principalmente casadas, verificou-se que esse sentido apresentou-se de maneira mais sutil.

Dessa forma, pôde-se observar, pelo resgate de alguns traços da história e pelas características do município em estudo, que a cultura local serve de referência para o desenvolvimento de relações pautadas pelo paternalismo e o personalismo nas relações, delimitando, muitas vezes, o papel de homem e de mulher, conforme as idéias de Martins (1994). O que interessa é que o desemprego pode conferir sentido do não-cumprimento da responsabilidade ou do papel institucionalizado culturalmente.

Pela própria interpretação da prática da indicação como um canal “personalista” para se conseguir emprego, reflete-se esse quadro de influência cultural. No caso da prática da indicação, por exemplo, os desempregados utilizaram a metáfora do “padrinho” aludindo à formação de laços pessoais, de parentesco, como canal de emprego.

Ressalta-se que, na interpretação dos desempregados, esse tipo de “canal” ocorre com maior facilidade em “cidades pequenas”, como o município em estudo, onde as relações privilegiam a emergência da “pessoa” ao invés do “indivíduo”. No entanto, a prática da indicação também foi interpretada como “referência”, pela necessidade de indicação pela competência e dependente de uma rede de informação eficiente. Esse cenário reflete a forma como DaMatta (1990) caracteriza a sociedade brasileira como uma sociedade em que as relações subjetivas transitam entre o tradicional, o pessoal (a indicação personalista) e o harmônico e democrático, individual (a referência pela competência). E aqui sua interpretação é transferida para o município palco da pesquisa.

Os desempregados e desempregadas interpretaram sua condição, em função de um personalismo, ou seja, o desempregado depende de uma rede pessoal que possa conduzi-lo ao mercado de trabalho, tem que ser “pessoa”. Do contrário, passa a não cumprir seu papel, por exemplo, de homem responsável pela família. Outrora, a condição de desempregado(a) foi interpretada em função de um individualismo, ou seja, os entrevistados expressam o desejo de

exercer seus direitos e deveres, como indivíduos incluso em uma sociedade e, portanto, interpretam a condição de desempregado(a) como condição de expropriação dos direitos e deveres. Trata-se de uma interpretação que reflete uma forma de agir e pensar em sociedade, na qual os desempregados, diante de sua condição e de acordo com seus interesses, expressam-se, subjetivamente, ora sob a influência da “pessoa”, ora sob a influência do “indivíduo”.

O **desemprego também foi interpretado como uma “prisão”** e os desempregados, por sua vez, expressaram-se como prisioneiros em sua própria condição. A interpretação do desempregado como dependente e “preso” expressou-se sob várias perspectivas: os jovens dependentes dos pais; os pais dependentes dos filhos; os maridos dependentes das esposas; o desempregado sem mobilidade para satisfazer suas necessidades ou vontades “pessoais”.

No que se refere à dependência dos jovens/filhos para com os pais, observou-se a tentativa de fuga da condição de dependência e da própria condição de desempregado. Essa manifestação subjetiva de fuga esteve, em alguns casos, atrelada à passividade, ou seja, os desempregados manifestaram-se passivos quanto à sua condição. Dessa forma, a fuga pode refletir no prolongamento da uma condição de desemprego.

A dependência dos pais para com os filhos foi interpretada, principalmente, em função de um estado de “exploração dos pais para com os filhos” e permeada pelos temas da culpa e da humilhação. Os desempregados que se declararam dependentes dos filhos manifestaram-se subjetivamente como “exploradores”, visto que, na maioria dos casos, os filhos abandonaram os estudos para dedicarem-se ao trabalho. Diante desse quadro, verifica-se uma importante implicação: os filhos, ao abandonarem os estudos para suprirem o desemprego dos pais, contribuem para a formação de uma massa de trabalhadores desqualificados, ligados a trabalhos precários.

Essas interpretações remetem à condição de **desempregado(a) como condição em busca de um lugar social**, de uma referência. A identificação com a organização apareceu como tema recorrente nos depoimentos, principalmente dos

desempregados que haviam permanecido por um período acima de um ano na organização. Essa relação remete às considerações de Pagés et al. (1987) quanto ao “poder” exercido pela organização, esse poder envolve o funcionário, o qual acredita estabelecer laços afetivos com a empresa.

Muitas vezes, essa interpretação apareceu como um recurso dos desempregados para fugir de sua condição, expressando-se como ex-trabalhadores de determinada empresa, ao invés de desempregados. Esses “laços imaginários” são convenientes para as empresas, segundo os próprios desempregados, os quais passaram a visualizar essa situação somente depois de terem, delas, se retirado. A lógica é a seguinte: por meio desses laços, a empresa faz com que o funcionário acredite estar trabalhando e produzindo para uma organização que o protege, que o ajuda.

Dessa forma, os funcionários internalizam os discursos organizacionais e acreditam ter valor afetivo para a empresa, interpretam esse laço como “segurança”. É por meio dessa interpretação que os funcionários constroem suas referências, perante a sociedade e perante si mesmos. Ao encontrarem-se desempregados, os integrantes da pesquisa declararam-se “traídos”, desvalorizados pela organização. A destruição dos “laços” foi interpretada como perda da referência organizacional. A condição de estar desempregado(a) revelou-se como uma condição de estar sem referência perante a sociedade e perante a si mesmo. Esse fato remete ao conceito de atemporalidade de Enriquez (1999). Diante da situação de atemporalidade, o desempregado não sabe mais quem ele é e o que tem a fazer. Trata-se de uma condição transitória. Nesse sentido, vale retomar as idéias de Jahoda (1982), ao estudar as conseqüências psicossociais do desemprego. Assim como a atemporalidade, a autora afirma que o não-trabalho restringe os contatos sociais e faz com que os indivíduos percam suas referências.

Visualizou-se a perda do vínculo organizacional, não apenas como perda da referência social, mas como perda do valor do desempregado na sociedade capitalista. De maneira geral, os desempregados interpretaram sua condição como desvalorizada perante uma sociedade que constrói relações baseadas nas trocas

materiais. Nos depoimentos, o valor do ser humano apareceu ligado ao poder de compra que ele tem ou à possibilidade de conquistar esse poder. No caso de estar desempregado(a), esse poder ou essa possibilidade foram interpretados como mínimos.

Nesse sentido, os desempregados, além de perderem a referência perante a sociedade e perante si mesmos, também se vêem como impossibilitados de atuarem no sistema, de exercerem atividades no sistema capitalista; a tentativa de realização dessas atividades refletiria em temas como vergonha e frustração.

Reporta-se novamente às categorias de subjetividade construídas por Dumont (1985) visto que, na condição de funcionários, ligados a uma instituição e, portanto, incluídos em um sistema social (capitalista), os desempregados interpretavam sua condição como “indivíduos no mundo”. A partir do momento em que esses laços foram cortados, os desempregados, sem lugar no sistema, marginalizados, se vêem como anônimos: não se manifestaram como “indivíduos no mundo” ou como imersos em uma sociedade hierarquicamente organizada, e nem mesmo manifestaram-se como “indivíduos fora do mundo”, questionando suas posições. Trata-se de uma condição em busca de um lugar. Essa busca remete até mesmo à busca de um lugar na própria família e entre os amigos.

O estado de exclusão e a busca por um lugar social refletiram situações nas quais os desempregados expressaram o desânimo e a falta de esperança quanto a conseguir um emprego. Nesse contexto, emergiu o tema do isolamento, o fato de os próprios desempregados afastarem-se do convívio social. O isolamento foi um tema recorrente nos depoimentos dos desempregados, qual sejam as suas trajetórias ou características pessoais. O isolamento, por sua vez, foi seguido da interpretação da inatividade, ou seja, os desempregados, ao isolarem-se e perderem a esperança de conseguir trabalho, passam a realizar cada vez menos atividades, o “tempo inativo” se expande. Isso remete ao **desemprego como morte simbólica**. Gomes (2003) chamou a atenção para esse fator como um impulso para o problema da depressão.

Nesta pesquisa, verificou-se o fenômeno da depressão, interligado, principalmente, a essa busca por um lugar, permitindo a

condução de um raciocínio que leva a incorporar as particularidades do universo social no qual se inserem os desempregados desta pesquisa como elemento crítico para essa interpretação. Trata-se de um município tradicionalmente interiorano, no qual os moradores se relacionam e se incluem socialmente, considerando a manifestação subjetiva da pessoa; a referência social é a pessoa e, nesse contexto, a perda da referência social manifestou-se como agravante no fenômeno da depressão. Essa, por sua vez, também se manifestou como resultado de culpas (geralmente dos pais que dependem dos filhos) e culminando, geralmente, com manifestações de violência, criminalidade e morte. Dessa forma, a despeito do trabalho de Caldas (2000a), nesta pesquisa, verificaram-se aspectos subjetivos inerentes ao fenômeno do desemprego com base na própria interpretação da condição de desempregado, considerando outras dimensões atreladas ao desemprego.

Uma síntese analítica dos sentidos do desemprego

Por meio das análises, foram verificados “sentidos últimos” quanto ao fenômeno do desemprego. Esses não se expressaram textualmente, estando subentendidos, subjetivamente manifestos e, dessa forma, puderam ser melhor interpretados após as primeiras análises. Não se pretende, nesta pesquisa, afirmar que os “sentidos últimos” apresentados são **conseqüências** ou **causas** da condição de estar desempregado(a). Dessa forma, pode-se afirmar que os sentidos, bem como os “sentidos últimos”, representam uma possibilidade lógica de pesquisar o desemprego, considerando a condição de desempregado(a), e também os recortes desta pesquisa: o setor industrial, o contexto histórico e cultural e a própria subjetividade dos desempregados.

Os “sentidos últimos”, definidos no decorrer das análises, culminaram com os elementos: “periferia desqualificada”, “violência e criminalidade” e “morte simbólica. Esses elementos são de extrema importância como manifestações da condição de estar desempregado(a) e, conseqüentemente, como interpretação do fenômeno do desemprego. O que esses sentidos representam são **elementos teóricos para o estudo do fenômeno do desemprego.**

O elemento: “periferia desqualificada” representa o sentido de que a condição de estar desempregado(a) pode ser interpretada como decorrente da formação de uma periferia de pessoas desqualificadas; ou pode culminar com o aumento dessa “massa de desqualificados”. No primeiro caso, a falta de oportunidade para o incremento das condições de empregabilidade no município em estudo seria o principal fator indicativo para o desemprego, considerando o nível de exigência das indústrias locais. No segundo caso, a própria condição de desempregado(a), a falta de recursos financeiros e o período de inatividade (falta de experiência) levariam ao aumento do número de pessoas desqualificadas na região. Esse “sentido último” reflete uma forma de análise do desemprego baseada nas conseqüências sociais, das exigências em torno da qualificação, para o município.

No que tange ao elemento “violência e criminalidade”, esse elemento se reporta, principalmente, à condição de desempregado como alguém sem lugar na sociedade, sem referências, inativo. Verificou-se que, no município palco da pesquisa, esses sentidos tomam dimensões consideráveis, devido ao fato de se tratar de uma “cidade pequena”, segundo os próprios desempregados, onde prevalece o relacional e onde o desempregado fica em evidência e é apontado como “desocupado” e excluído socialmente. Trata-se de uma possibilidade de investigar o fenômeno do desemprego, considerando as próprias características culturais do município, atentando para as conseqüências advindas dessas características, atreladas à condição de estar desempregado(a). Nesse caso, explicitaram-se a violência (doméstica, social) e a criminalidade (roubo, inadimplência) como manifestações últimas, como expressão de revolta dos desempregados.

A “morte” ou a “morte simbólica do sujeito trabalhador” é outro elemento que também se reporta ao desempregado na condição de isolado e inativo, no entanto, da mesma forma que “violência e criminalidade”, pelas análises, verificou-se que as características particulares do município podem acirrar esse sentido. Na condição de isolamento, ainda que em uma “cidade pequena”, onde as pessoas estendem laços personalistas, surge o sentido da “depressão” e, conseqüentemente, o sentido da “morte”, expresso como o fim desse

anonimato e isolamento diante de pessoas que se relacionam com substancial proximidade. Nesse sentido, o fenômeno do desemprego pode ser estudado considerando-se as dimensões psicológicas.

Ao considerar a subjetividade, expressa por meio da linguagem dos desempregados e desempregadas do setor industrial, foi possível investigar os sentidos do desemprego, produzidos na condição de desempregado(a) e identificar a emergência de elementos teóricos e possibilidades de estudo desse fenômeno. A abordagem histórico-cultural, estruturante e discursiva da subjetividade, considerando, para tanto, as idéias de Foucault (2004), Guattari (2004;1993) e Vygotsky (2000), foram significativamente importantes para a compreensão das interpretações acerca da condição de desempregado(a). De fato, verificou-se que os sentidos subjetivamente manifestados, de forma alguma, poderiam desatrelar-se do elemento “espaço-temporal” desta pesquisa, bem como das próprias trajetórias dos desempregados, que, por sua vez, deixaram aflorar por meio da linguagem sua subjetividade, conferindo a interpretação que configura a verdade do fenômeno do desemprego.

Os sentidos do desemprego, considerando a condição de desempregado(a), no município em estudo, foram construídos em comunhão com outros sentidos e, baseado nesse compartilhamento, os desempregados interpretaram a realidade do desemprego e de sua condição de desempregado(a).

Considerações finais

Objetivou-se, na presente pesquisa, investigar os sentidos produzidos por desempregados e desempregadas do setor industrial, em um município no sul de Minas Gérias, acerca do desemprego, bem como compreender a manifestação desses sentidos na subjetividade humana.

Para alcançar esse objetivo, adotou-se a abordagem interpretativa e a pesquisa qualitativa como posturas teórico-metodológicas.

Os sentidos do desemprego puderam ser analisados pela subjetividade dos integrantes da pesquisa. Por meio da subjetividade, sob a perspectiva histórico-cultural e considerando a linguagem como

forma de manifestação, foram identificados aspectos importantes acerca do fenômeno do desemprego, afirmando-se como postura privilegiada para o estudo. Nesse sentido, considerou-se os depoimentos dos desempregados como expressão subjetiva, construída com base no discurso dos outros.

As manifestações subjetivas particulares ao contexto brasileiro também foram consideradas nesta pesquisa. Os desempregados interpretaram sua condição ora como indivíduos, ora como mero-indivíduos e ora como pessoas. Diante dessas formas de manifestações subjetivas, a produção de sentido pôde ser analisada em diversas dimensões. Como por exemplo: a análise da categoria **a prática da indicação** variou, dependendo da interpretação do desempregado, como pessoa, como indivíduo, ou como mero-indivíduo. Portanto, a subjetividade também foi considerada em suas dimensões particulares ao ambiente cultural. Nesta pesquisa, consideraram-se as categorias de subjetividade modernas levantadas para o cenário brasileiro.

Com a apresentação de alguns trabalhos desenvolvidos em torno do desemprego, tratando esse fenômeno, principalmente, sob o ponto de vista subjetivo ao invés do econômico, foi delineado um quadro de estudos que enriqueceu e forneceu certo “direcionamento” para as análises. No entanto, nesta pesquisa, não se propôs a preestabelecer categorias de análise. Na pesquisa, não houve outro intuito senão o de apresentar o ponto de vista de alguns autores ao estudar o fenômeno do desemprego pela ótica da subjetividade. Portanto, o ponto de partida desta pesquisa foi o desempregado e não os conceitos já institucionalizados em torno dos “sentidos” do trabalho.

Sendo assim, nesta pesquisa, parece inovar-se o estudo do desemprego visto que, ao considerar a dimensão histórico-cultural da subjetividade, parte da linguagem dos próprios desempregados e dos sentidos que atribuíram à sua condição, para, então, traçar algumas considerações acerca do fenômeno do desemprego.

Pela compreensão dos aspectos intrincados na construção da realidade desse fenômeno, podem-se fornecer subsídios para estudos mais aprofundados no âmbito do desemprego. Na administração, por exemplo, acredita-se que a elaboração de políticas

públicas voltadas para a geração de empregos possa ser mais bem planejada considerando-se a compreensão dos sentidos desse fenômeno para os desempregados. Acredita-se que os sentidos possam revelar aspectos difíceis de captar por outros tipos de pesquisas.

A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas, englobando um total de 28 desempregados e desempregadas provenientes do setor industrial. Esse número justificou-se para o objetivo proposto. Vale ressaltar que, em análises qualitativas, deve-se sempre priorizar o estudo em profundidade.

Finalmente, a própria linguagem dos desempregados e sua manifestação subjetiva foram consideradas como elementos construtores de uma realidade. Nas análises, a interpretação do desempregado acerca de si mesmo, o que refletiu na forma como expressou suas interpretações em torno do fenômeno do desemprego, foi considerada. Trata-se da interpretação subjetivamente manifesta.

Assim, os desempregados manifestaram a preocupação com as mudanças nos processos de trabalhos do setor industrial, especificamente no município em estudo. Nessa interpretação, houve direcionamento, principalmente, para as preocupações quanto às condições de manutenção da empregabilidade, as quais foram interpretadas como acirradas, já que o acesso à qualificação, no que tange à qualificação técnica e complementar, é restrito. Além disso, fatores inerentes à própria cultura do município, como a dificuldade de adaptação ao trabalho industrial, e os canais pessoais de empregabilidade (prática da indicação) também se manifestaram nos depoimentos.

A interpretação em torno da condição de desempregado(a) apresentou-se durante todo o transcorrer da entrevista. A interpretação da condição de desempregado como condição “sem lugar social”, como condição que impossibilita o cumprimento das responsabilidades, o exercício dos direitos e dos deveres, foi recorrente nos depoimentos.

Com referência à interpretação das condições de manutenção da empregabilidade no município em estudo, verificou-se a emergência das manifestações quanto ao **novo conceito de**

qualificação, aumento do nível de qualificação no setor industrial, e mudanças nos padrões de produção no setor industrial, representando a interpretação do desemprego como um fenômeno que advém e, ao mesmo tempo, impulsiona a marcha da qualificação e da manutenção da empregabilidade.

A manifestação **da prática da indicação como elemento de empregabilidade** apresentou-se como resultado de uma interpretação que ora representou esperança para alguns desempregados e ora representou revolta a respeito dos canais personalistas da empregabilidade. As manifestações **o aumento da competitividade, a exploração, a precarização do trabalho e a informalidade, e a desvalorização do trabalhador** parecem direcionar a interpretação do que seriam as conseqüências do desemprego.

Com referência à condição de estar desempregado, as manifestações acerca do desemprego e do desempregado constituíram as categorias: **o desempregado é dependente e está “preso” em sua própria condição e o desempregado não tem lugar na sociedade**. Essas últimas refletiram a interpretação da condição de desempregado a partir da interpretação da condição de trabalhador.

Os desempregados interpretaram a si mesmos como impossibilitados de cumprir as responsabilidades e os “papéis sociais”. Em alguns casos, esse papel refletiu a própria masculinidade dos desempregados, ou seja, o desemprego impedia de cumprir o papel de “homem provedor” responsável pela família etc. Com isso, emergiram as categorias da “prisão” e da falta de lugar na sociedade, levando diretamente à interpretação do **desemprego como um isolamento e do desempregado como expropriado de seus direitos e submetido à informalidade**, essas categorias expressaram, posteriormente, conseqüências do desemprego para o próprio sujeito desempregado, como a depressão, por exemplo.

Foram identificados “sentidos últimos”, definidos no decorrer das análises e nomeados como **periferia desqualificada, violência e criminalidade e morte simbólica**. Esses sentidos compuseram os **elementos teóricos para o estudo do fenômeno do desemprego**.

O elemento: **periferia desqualificada** representa o sentido de

que a condição de estar desempregado(a) pode ser interpretada como decorrente da formação de uma periferia de pessoas desqualificadas; ou pode culminar com o aumento dessa “massa de desqualificados”. Esse sentido apresentou-se atrelado à interpretação das condições de manutenção da empregabilidade, principalmente. No que tange ao elemento **violência e criminalidade**, esse se reporta, principalmente, à condição de desempregado como alguém sem lugar na sociedade, sem referências, inativo.

Verificou-se que, no município em estudo, esses sentidos tomam dimensões consideráveis, devido ao fato de se tratar de uma “cidade pequena”, segundo os próprios desempregados, onde prevalece o relacional e onde o desempregado fica em evidência, é apontado como “desocupado” e excluído socialmente. A **morte simbólica** foi outro elemento que também se reportou ao desempregado na condição de isolado e inativo; no entanto, da mesma forma que o sentido da **violência e criminalidade**, verificou-se que o sentido da **morte simbólica** pode acirrar-se pelas características particulares do município.

Vale ressaltar que, entre os “sentidos últimos”, foram identificados vários sentidos que auxiliaram na compreensão do fenômeno do desemprego na condição de estar desempregado(a). Por conseguinte, observa-se que, ao pesquisar os sentidos do desemprego, foi possível o levantamento de alternativas para se estudar esse fenômeno. Uma dessas propostas é a possibilidade de análise do desemprego baseada nas conseqüências sociais, nas exigências em torno da qualificação para o município em estudo. Nesse sentido, defende-se a realização de um estudo mais detalhado acerca do fenômeno do desemprego paralelo às condições de manutenção da empregabilidade no município.

Outra proposta é investigar o fenômeno do desemprego, considerando as características culturais da realidade local, atentando para as conseqüências advindas dessas características, atreladas à condição de estar desempregado(a). Acredita-se válida a iniciativa de estudos acerca do desemprego que recuperam a história e as características culturais da realidade social na qual está sendo estudado.

Na pesquisa do fenômeno do desemprego, considerando a

subjetividade dos desempregados, ressaltou-se a importância da interdisciplinaridade na investigação científica. Acredita-se que este estudo é de extrema importância para o campo das ciências sociais, principalmente ao apresentar uma proposta teórico-metodológica para o estudo do fenômeno do desemprego e, conseqüentemente, para outros estudos que possam auxiliar no campo, por exemplo, da Administração, como o desenvolvimento de políticas públicas para a geração de empregos.

Finalmente, verificou-se que o *desemprego* é um fenômeno que pode ser estudado, a despeito de outras dimensões, considerando o próprio sujeito desempregado, sua subjetividade e, principalmente, a linguagem como forma de mediação entre o indivíduo e o mundo do trabalho marcado pela precarização e pelo desemprego.

Referências

- Alencar, E. (1999). *Introdução à metodologia de pesquisa social*. Lavras, MG: UFLA.
- Caldas, M. (2000a). *Demissão: Causas, efeitos e alternativas para empresa e indivíduo*. São Paulo: Atlas.
- Caldas, M. (2000b). Enxugamentos. *Revista de Administração de Empresas*, 40, (1), 29-41.
- Cattani, A. D. (1996). *Trabalho e autonomia*. Porto Alegre, RS: Vozes.
- Cortella, M. S. (1997). Introdução. In A. Casali, M. S. Cortella, H. Hirata, J. E. Teixeira, & P. Spink (Orgs.), *Educação e empregabilidade: Novos caminhos da aprendizagem* (pp. 21-22). São Paulo: EDUC.
- DaMatta, R. A. (1990). *Carnavais, malandros e heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara.
- Dumont, L. (1985). *O individualismo: Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Dumont, L. (1992). *Homo hierarquicus: O sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: UNESP.

- Enriquez, E. (1999). Perda do trabalho, perda da identidade. In M. R. Nabuco & A. M. Carvalho Neto, (Org.), *Relações de trabalho contemporâneas* (pp. 13-30). Belo Horizonte, MG: Instituto de Relações do Trabalho.
- Ferreira M. G. (2000). *Concepções de subjetividade em psicologia*. Campinas, SP: Pontes.
- Figueiredo, L. C. (1995). *Modos de subjetivação no Brasil e outros escritos*. São Paulo: Escuta.
- Foucault, M. (2004). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- Fryer, D., & Payne, R. (1986). Being unemployed: A review of the literature on the psychological experience of unemployment. *International Review of Industrial and Organizational Psychology*, 1, 235-277.
- Gomes, J. C. R. (2003). Desemprego depressão e sentido de coerência: Uma visão do desemprego sob o prisma da saúde pública. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Guattari, F. (1994). Da produção de subjetividade. In A. Parente (Org.), *Imagem máquina* (pp. 177-191). Rio de Janeiro: Editora 34.
- Guattari, F. (2004). *As três ecologias* (15a ed.). Campinas, SP: Papyrus.
- Hidrata, H., & Humphrey, J. (1989). Trabalhadores desempregados: Trajetórias de operários e operárias industriais no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 4, (11), 71-84.
- Jahoda, M. (1982). *Employment and unemployment, a social-psychological analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Martins, J. S. (1994). *O poder do atraso: Ensaios de sociologia da história lenta* (2a ed.). São Paulo: Hucitec.
- Morgan, G. (1980, December). Paradigms, metaphors and puzzle solving in organization theory. *Administrative Science Quarterly*, 25 (4), 605-622.

- Oliveira, C. A. B., & Mattoso, J. E. L. (Org.). (1996). *Crise e trabalho no Brasil: Modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta/Página Aberta/Cisit.
- Pagés, M., Bonetti, M., DeGaullejae, V., & Descenfdre, D. (1987). *O poder das organizações: A dominação das multinacionais sobre os indivíduos*. São Paulo: Atlas.
- Pereira, V. M. C. (1993). Quem são os desempregados para a sociologia? Natureza, história e cultura. *Cadernos de Sociologia*, (Número especial), 27-37.
- Rosa, M. I. (1998). Do governo dos homens: “novas responsabilidades” do trabalhador e acesso aos conhecimentos. *Educação e Sociedade*, 19 (64), 130-147.
- Sargentini, V. M. O. (2001). Discurso e história: a construção de identidade do trabalhador brasileiro. In M. R. Gregolin, M. F. Cruvinel, & M. G. Khalil. *Análise do discurso: Entornos do sentido* (pp. 249-261). São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Sorj, B. (2000). *A nova sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: J. Zahar.
- Topalov, C. (1990). A invenção do desemprego: Reforma social e moderna relação salarial na Grã-Bretanha, na França e nos Estados Unidos no início do século XX. *Dados-Revista de Ciências Sociais*, (3), 379-416.
- Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.
- Vygotsky, L. S. (2000). Manuscrito de 1929. *Educação e Sociedade*, 21 (71), 21-44.
- Whooley, M. A., Kiefe, C. I., Chesney, M. A., Markovitz, J. H., Matthews, K., Hulley, S. B. (2002, December). Depressive symptoms, unemployment, and loss of income. *Archives of Internal Medicine*, 162 (22), 2614-2620.

Recebido em 11 de abril de 2005

Aceito em 03 de maio de 2005

Revisado em 14 de novembro de 2005